



TOBIAS

António Costa Barata

2ª edição

Tobias

Título Tobias

Autor António Costa Barata

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução por quaisquer meios, salvo em breves citações, com a indicação da fonte.

Maio de 2006

Pedro Martins, edição e comércio de livros

Rua Quinta da Flamândia, N°3 - 3ºDtº

Casal do Marco

2840 - 030 Aldeia de Paio Pires

Telefone: 210 878 323

livros@pedromartins.com

Impressão e Acabamento

Publidisa

2ª Edição

Depósito Legal

ISBN 978-972-99047-8-3

Design e Paginação

Pedro Martins

Colaboração Editorial

Dr. José Manuel Martins

Categoria Apologética

NOTA EDITORIAL

A obra «O Apócrifo Tobias» da autoria do Pr. António Costa Barata foi publicada há um quarto de século, precisamente em Novembro de 1981. Confrontando as datas nele referidas, ficamos com a ideia de que nasceu dum parto difícil, depois de ter excedido, em muito, o prazo razoável entre a concepção e a existência física, visível, disponível, para fruição intelectual e espiritual dos amantes da leitura e em particular dos que querem estar preparados para responder a todos sobre a razão da sua fé. Com efeito, a obra foi concluída em Évora, na Páscoa do ano de 1974, o prefácio e o parecer construtivo de João Tomaz Parreira e C. Neves, respectivamente, em 1975, e, finalmente, a edição seis anos depois!

Parece claríssimo que o propósito principal do autor não foi tanto voltar à velha questão da duvidosa autenticidade dalguns livros religiosos, em regra acoplados à Bíblia, disputando

idêntica canonicidade, mas sem conseguir suscitar a unanimidade no seio dos pensadores cristãos com vista à inclusão no cânon sagrado, ou, dito doutro modo, do rol de livros divinamente inspirados. Era mais profundo e, inadvertidamente, a obra não está num lugar mais proeminente na literatura de fundo doutrinário ou teológico, mas remetida, injustamente, achamos nós, para a prateleira dos quase esotéricos, menoriando o seu valor intrínseco na exposição da mensagem que percorre o tempo, sem quebra de valor, e que é a obra expiatória de Cristo, absolutamente suficiente para salvação dos que crêem, desmascarando as teses espúrias das complementaridades necessárias assentes em esforço humano, qual muleta de coxo, traduzido, as mais das vezes, em gestos caritativos, como se eles não fossem exigíveis e apanágio das pessoas de bem.

Nesse sentido, e apesar do olvido nada gratificante, «O Apócrifo Tobias» – título com o qual a obra chegou aos leitores em geral e aos cristãos evangélicos em particular – é um clássico da literatura evangélica.

São assertivas as observações dos que entendem que o tempo para a edição de obras doutrinárias não centradas na temática do psicologismo religioso – cura interior, sessões coletivas de perdão, louvor frenético, entre outros temas – ou na temática da escatologia especulativa – revelação do estilo arquitectónico da Jerusalém Celestial, inclusive das áreas úteis das moradas eternas a atribuir aos salvos, a descrição dos manjares que serão servidos, expressos em ementas escritas em tábuas de ouro, as múltiplas prognoses acerca do estatuto social, político e religioso do anticristo, por exemplo – ou,

ainda, não centradas na teorização do evangelho da felicidade total e ajustada à medida e de acordo com o «status» de cada um – a prosperidade como indício primeiro do sucesso do processo salvífico, numa escala progressiva cujo limite é possuir tudo o que está no Céu, que já pertence aos crentes, a saúde permanente, ou até a harmonia conjugal sem hiatos ou ruídos – não vai de feição.

Dá-se, assim, valor a essa literatura avivalista, que motiva os próceres respectivos a sustentar que já se vive no Reino de Deus, que não é outra coisa – para eles, claro! – senão viver bem aqui enquanto aguardam as ruas de ouro de lá! Não nos preocupa o facto desse avivalismo pressupor uma visão totalmente revisionista e deletéria do Evangelho do Senhor Jesus Cristo, que chamou a atenção para as aflições dum percurso do qual só sairia vencedor quem se animasse na vitória que Ele previamente conquistou para os seus fiéis!

Com o devido respeito, que é muito e sincero, pelas situações de excepção, que ainda são significativas, já não há controlo dos efeitos nefastos dalguns livros, postos a circular como produtos de qualidade e impostos pela propaganda endinheirada, por falta de conformidade com a doutrina e teologia Biblicistas. É verdade que a globalização da informação torna inexequível qualquer tentativa de evitar ou impedir a leitura de obras revisionistas, potencialmente heréticas, e que de evangélicas apenas têm as referências da propaganda editorial. Mas não é menos certo que a falta de oferta de obras de conteúdo eminentemente bíblico facilita a vitória do que é especulativo, erróneo ou simplesmente inócuo.

Dar àqueles que ainda lêem alternativas que fomentem a reflexão sobre os valores fundamentais do Evangelho – ainda que, eventualmente, aqui e acolá, escritas sob uma perspectiva não consensual, mas sem tergiversar na procura da verdade escriturística – é um dever indeclinável de quem tem os instrumentos susceptíveis de influenciar o mercado editorial e a qualidade das obras de referência disponíveis nos escaparates dos departamentos livreiros das igrejas evangélicas em geral.

É aqui que se coloca o papel singular de «O Apócrifo Tobias» ou simplesmente «Tobias», como agora o apresentamos aos leitores.

A questão atinente aos livros ditos apócrifos é actual, ainda hoje, volvidos cinco séculos, porque quando os homens não ouvem a voz de Deus (a Palavra revelada) ou entendem que ela é insuficiente, ou, mais grave ainda, se proclamam arautos – não importa se como profetas, apóstolos, ou sob outro qualquer título ou função eclesial – do que ainda é preciso conhecer e que só a eles foi divinamente inspirado... Parece ironia, mas não é, pois estamos a falar a sério! Às vezes, nem se trata de fazer revelações de má fé. São apenas homens e mulheres piedosos, com grande empenho em falar do que mais gostariam que estivesse escrito ou revelado por entenderem que isso contribuiria para o progresso espiritual dos povos...

Não foram uns quaisquer quem tomou a iniciativa de escrever, durante um período aproximado de quatrocentos anos, se nos reportarmos ao período pré-cristão. Eram homens

cultos, inteligentes, interessados no bem-estar do povo escolhido. Muitos deles são ilustres desconhecidos e as suas obras referenciadas apenas nos meios religiosos ou culturais restritos. Foi precisa a renovação da reforma, protagonizada por Lutero, para que tais obras – apontamos, para o que aqui mais releva, os livros escritos no período em que não houve profecia, mas também, a talhe de foice, embora num plano distinto daqueles, os surgidos nos primeiros séculos do cristianismo e que sustentam o gnosticismo – ascendessem ao estrelato de livros deuterocanônicos, numa equiparação indevida com os assumidamente inspirados e, por isso, integrantes do cânon sagrado. Pense-se porquê. Lá, nesses livros, estão os fundamentos para doutrinas e teologias antibíblicas, mas capazes de justificar tradições humanas arreigadas e algumas práticas sob anátema em Israel – povo hebreu – e no seio do povo conquistado por Cristo – Igreja do Senhor – para uma nova vida. É verdade que os livros apócrifos têm significativo valor histórico, moral e religioso. É verdade também que, hodiernamente, se escrevem compêndios excelentes sob a melhor orientação estética, literária, histórica, filosófica, moral, espiritual – quem o negará? O problema não é porém esse. É que sendo obras excelentes, são-no apenas do ponto de vista exclusivamente humano, incomparável à revelação divina.

Temos lido sobre novas revelações, e o propósito delas, bem lá no fundo, é o mesmo: impedir que a Revelação divina tenha visibilidade e que se fale apenas daquelas que, supostamente, foram confiadas aos príncipes da doutrina e teologia dos tempos presentes.

O «Tobias» do Pr. António Costa Barata não exorciza, excomunga ou deita p'ra fogueira inquisitorial dos ignaros a obra atribuída a Tobias, para os cristãos romanos dita deuterocanónica.

Não.

Apela antes à leitura da Bíblia, no seu cânon indiscutível, e desperta os leitores para a revelação completa de Deus tal qual O vemos em Cristo, que nunca citou os autores dos livros apócrifos na pregação do arrependimento ou no ensino dos fundamentos da vida cristã.

Alicia à tarefa de exaurir a revelação bíblica numa busca confiante e serena para encontrar as respostas certas às múltiplas interpelações humanas.

Convida ao uso da revelação bíblica como referência imutável, à luz da qual se subordinam as leituras e interpretações doutras revelações, antigas ou hodiernas, num exercício intelectual honesto, não na demanda de fundamentos para dogmas, tradições, doutrinas, teologias preexistentes e postas em prática.

Ajuda a concluir que não haverá confusão quando o que se quer é encontrar Deus inteiro, sem os espartilhos, embora não evidentes, que confinam a eficácia do sacrificio de Jesus e, no limite, negam que Ele é Deus.

Convida ao rigor hermenêutico e à recusa de alinhamento na falácia de que há Bíblias católicas romanas, protestantes, ou conotadas com correntes doutrinárias apenas nominalmente cristãs, mais ou menos completas, mais ou menos inspiradas divinamente, pois há tão-somente a Palavra de Deus,

reconhecível à luz da bitola da revelação que Deus de si próprio deixou, através do Filho, que se fez homem.

É obra satânica, dizemos nós, consentânea com o espírito da nova era, unanimista, ecuménico, transversal aos povos e religiões, a tarefa de persuadir os fieis leitores da Bíblia de que ela não se compõe de 66 livros, mas de 70, 81... dando assim direito à inclusão dos apócrifos no cânon sagrado e, obviamente, às orientações teológicas que eles aportam.

Como é obra do semeador de joio a ideia de que a Bíblia está completa com 66 livros, mas deve ser interpretada, com recurso aos textos originais, no sentido de incorporar as revelações contemporâneas, sejam elas quais forem, venham elas donde vierem, ainda que se torne necessário, aqui e ali, amputar, acrescentar, reinventar, modernizar, adaptar o texto que a história fixou de tal modo que a Bíblia possa ser perfeitamente invocada em apoio ou auxílio de teses de líderes preclaros refundadores da igreja de Cristo!

Distorcer? Não, obrigado! É a resposta que encontramos em «Tobias», de uma forma directa ou indirecta, e no qual se insiste no dever indeclinável de todos e de cada um, amantes da Verdade, em conhecer Deus tal qual Ele é, e não como se imagina que seja para, eventualmente, O adaptar ou ajustar aos interesses desta ou daquela religião, deste ou daquele grupo de cristãos, desta ou daquela organização que, na génese, apostatou da fé, negando a divindade de Cristo.

E, como é consabido, quando se apela à leitura da Bíblia – por meros interesses conjunturais do fenómeno religioso que não quer abdicar do que é objectivamente contrário à revela-

ção divina – à sua interpretação e aplicação nas vertentes histórica, cultural, moral, social sem derrubar os firmes esteios que sustentam práticas idólatras ou que renegam a suficiência do sacrifício de Cristo no processo da redenção, estamos diante de mera manobra estratégica para manter o «status quo» religioso que as leituras apócrifas sustentam!

Recusando o papel fácil do iconoclasta contemporâneo (quem não crê como nós, não crê como deve ser...) o autor de «Tobias», no seu jeito particular, na sua linguagem simples, muitas vezes atravessada por máximas repletas de sabedoria – nuns casos adaptadas das lições de pensadores célebres, outras assentes na experiência vivida – apela veementemente às consciências sinceras, abertas à Verdade, sedentas de Deus, para um esforço complementar, quiçá derradeiro, na procura do que foi legado à Humanidade, por inspiração genuinamente divina, de modo a que todos e cada um alcance o estatuto de eleito, de filho de Deus, estatuto esse vinculado, sem dúvida, à exigência da prática de boas obras (não por dever profissional, assistencialista, caritativo, associado à execução de planos sociais com apoio de dinheiros públicos...).

O livro «Tobias» tem também o mérito de realçar o trabalho profícuo dum investigador incansável, convictamente decidido a pôr a nu doutrinas erróneas, subtilmente introduzidas no discurso moderno, pretensamente evangélico, mas que comumente são atribuídas aos outros, aos que fizeram o concílio de Trento...

Não temos dúvidas em afirmar que, vinte e cinco anos após a primeira edição, «Tobias» tem um espaço próprio na

literatura evangélica pela convocação que ainda pode fazer para uma reflexão renovada sobre as motivações subjacentes a muitas atitudes religiosas, com semelhança àquelas dos que, na religião tradicional, se lembram apenas do nome de Jesus quando ocorre ou está iminente uma catástrofe porque, fora dessas circunstâncias, são auto-suficientes e valem pelo que fazem, pelas obras que praticam, pela caridade que fazem, pelos sacrifícios pessoais a que se sujeitam por causa dos outros ou até pela obra de Deus...

Por fim, para lá do valor intrínseco da obra, que é muito, eis uma boa oportunidade de reconhecer quem se entregou durante quarenta anos ao ministério da palavra, do ensino, da investigação, da escrita e ainda se sente com forças e disponível para ir junto dos interessados falar-lhes do que é mais importante para os cristãos – Jesus Cristo entregou-se uma vez por todas, num sacrifício completo, para que, individualmente, se opere a salvação eterna, sem méritos próprios, para, depois, fazer as boas obras... da fé!

Os editores
Maio de 2006

PREFÁCIO

A apologética, como ciência da preservação da Fé ou, na definição de Bernardo Plongeron^[1], como ciência da credibilidade, que procura compor-se da exposição clarificadora da Verdade revelada através de um criticismo espiritual, científico e metodológico, não pode nem deve ser um comportamento estanque em que a doutrina, fossilizada, se esconde.

A apologética é a refutação. É o confronto. Especialmente a apologética da teologia sistemática evangélica que, ao defender a dinâmica da doutrina viva de Nosso Senhor Jesus Cristo e não a tradição, é um terreno aberto à luta. Desta somente sai vencedor quem pode vencer. A Verdade da Revelação.

[1] In «Concilium», Revista Internacional de teologia, n.º 57, pág. 867.

A Revelação contida nos livros sagrados que formam a Bíblia. Assim o entendeu o autor de «O Apócrifo Tobias», e o resultado é o presente volume.

Para além de negar verdade e lógica ao apócrifo de que António Barata se munuiu para estudo e contestação, o «Apócrifo Tobias» é um alerta de uma opinião pública evangélica contra a aplicabilidade católica do conteúdo «ocultos»^[2].

Nestes existe, na maioria dos seus textos, a contradição.

A verdade é que a apologética luta também contra as palavras camufladas, as crenças sub-reptícias e contraditórias, com que certos homens pretendem aproximar-se da Verdade, no cânon sagrado. E não se pode permitir a humanização na inspiração bíblica.

«O termo “inspiração”, embora já se usasse antes do século XIV, só nos fins do século XVI parece ter adquirido um significado não teológico»^[3].

Ou seja, desde sempre que o conceito do termo «inspiração» aponta mais para Deus que para os homens.

E dessa inspiração divina se alimenta a Bíblia Sagrada. Não obstante ter sido escrita por homens, é a palavra de Deus.

[2] O termo adjectivante «apócrifo» deriva de um verbo grego cuja raiz tem o sentido do nosso verbo esconder, ocultar. Designa também alguma coisa de incerto, de irregular e duvidoso, segundo Tertuliano e Clemente de Alexandria.

[3] In «O Conceito Bíblico da Inspiração», de Benjamim Warfield.

Porém, a apologética, se defende o que os homens escreveram, enquanto homens, corre o risco de defender a tradição – o que ela tem que refutar é o erro, o erro que sitia a Verdade; é a contradição, a contradição que quer envolver as palavras claras da Verdade.

Mas vou limitar-me neste prefácio à obra que o motiva. «O Apócrifo Tobias», do pastor António Barata, autodidacta da História (da História) e da História (da Religião), é uma atitude de luta crítica e precisa em favor da pureza de alguns ensinamentos evangélicos básicos que o livro apócrifo, Tobias, no calor exagerado da sua ficção, de estrutura paraliterária, contradiz na letra e no espírito.

Daí que o «Apócrifo Tobias» seja um acto intervencionista do autor.

É evidente que a própria apologética, como ciência, é um modo de intervenção, não apenas quando faz apologia, mas também e sobretudo quando coloca a verdade no lugar da verdade e o erro no lugar do erro.

A obra presente é, também, de uma interveniência destrinchadora. Sempre a doutrina bíblica tem sido marcadamente individual, ou seja, personalizadamente única, mesmo que não poucos homens a rejeitem, na formação espiritual, social, científica, política e religiosa das civilizações, após a expansão e a expressão do excepcional mono-teísmo profético e realista dos Hebreus.

Contudo, sem dúvida que, e apesar de todo o caminho percorrido pelas civilizações subseqüentes, nós somos homens em «civilização», porque sempre estamos em estado

de aprender, por vezes até em situação de cairmos em ciladas e de nos levantarmos delas, mesmo que as ciladas sejam quase literárias e se chamem apócrifos e ousem ocupar espaço em algumas edições da Bíblia.

Materialmente, o homem moderno não procede como o primata e tão pouco comunga dos mesmos ideais de intelecto, de moral e de ética que foram pertença espaço-temporal do homem do Paleolítico. De igual modo, o homem do século XXI ou do XXII (se Cristo não retornar brevemente na parusia) agirá ou motivará seu pensamento diversamente do homem do então dito «novecentos».

Culturalmente, somos homens em estado de educação. Não apenas no que diz respeito ao ensino bíblico (se formos cristãos evangélicos), mas também no que se refere à cultura secular (mesmo sendo cristãos evangélicos). Daí a oportunidade de «O Apócrifo Tobias», livro que é, em nosso entender, a primeira pedra (em matéria de divulgação doutrinária e apologética em terminologia popular) que o autor quis lançar, em original português, no lugar de mar-chão da impassividade da cultura evangélica pentecostal.

E ao fazê-lo, A.C.B. aponta-nos o caminho da intervenção válida, da intervenção que procura, através da literatura, abalanchando esta a ir em auxílio de crentes dúbios ou mal (in)formados.

João Tomaz Parreira
Aveiro, 1973/75

NOTA DO AUTOR

Este pequeno trabalho destina-se aos cristãos em geral. É bem possível que os Ministros do Evangelho pouco ou nada encontrem nele que seja novidade, pois já dizia Salomão que «nada novo há debaixo do Sol» (Eclesiastes 1:9, FA); no entanto, alguém observou com lógica que «nem todos viram tudo». Por esta razão, estou a pensar que a matéria será novidade (e não novo) para uns, recordação para outros e de alguma forma útil a todos que a leiam.

Ao escrever «O Apócrifo Tobias», pensei mais naqueles crentes que de um modo geral têm desejo de possuir uma maior consciencialização da fé que professam, mas cujas possibilidades económicas, literárias e até as relativas ao factor tempo, não lhes permitem comprar e ler obras dispendiosas, profundas e volumosas, do que naqueles que são discípulos do «deus mamom», isto é, nos que cultuam os bens caducos deste

mundo, sim, nos que fazem da fé ou da crença o seu álibi ou hobby – aquilo que está entre o descanso e o trabalho –, pois, para estes, tanto lhes importa a Verdade como o erro.

Adiante!

Hoje em dia, não basta dizer a um educando, em matéria secular ou sacra, que «isto é assim!». No tocante ao assunto que nos propomos tratar, não é suficiente afirmar aos crentes que «tais livros são apócrifos, são falsos!», em virtude de ninguém ficar satisfeito com respostas lacónicas. Nem os jovens, quanto mais os adultos.

Sendo assim, torna-se imperioso que cada cristão esteja preparado a fim de responder responsabilmente aos que lhe peçam a razão de crer ou descreer desta ou daquela doutrina. Os apóstolos Paulo e Pedro exortaram no mesmo sentido: «A vossa palavra seja sempre agradável, temperada com sal, para que saibais como vos convém responder a cada um» (Colossenses 4:6, FA) e «Estai sempre preparados para responder com mansidão e temor a qualquer que vos peça a razão da esperança que há em vós» (I Pedro 3:15, FA).

Tanto aquele conselho como esta exortação foram para todos os cristãos, quer para os do tempo de Paulo e Pedro, quer para os da nossa época. De facto, são recomendações muito úteis, embora um tanto ou quanto negligenciadas por uma grande parte dos cristãos contemporâneos.

Assim era e deveria continuar a ser.

Cada cristão deve preparar-se bem a fim de preparar outros para a gloriosa recepção de Nosso Senhor Jesus Cristo na Sua segunda vinda.

Sim, mas não visio com a publicação deste livro mais do que colocar nas mãos dos crentes alguns dados para facilitar o diálogo com os que acreditam de maneira diferente. Por outro lado, também procuro demonstrar à luz da História, e mediante o confronto do texto de Tobias com os livros inspirados, a não canonicidade daquele.

Pessoalmente, já tirei a minha conclusão e fundamentada em documentos, podendo afirmar que não é possível Deus ter dado a Tobias revelação e inspiração idênticas às que deu aos demais escritores sagrados. Primeiro, porque Tobias viveu e escreveu no período inter-bíblico, tempo em que não houve profecia manifesta em Israel; depois, porque o conteúdo do livro de forma alguma se harmoniza com os livros canónicos; finalmente, porque tal livro, a par doutros, foi rejeitado através da História.

O leitor que tire a sua conclusão.

Uma palavra no tocante aos textos bíblicos referidos nestas notas. Eles foram extraídos das versões do padre Matos Soares, do pastor Ferreira de Almeida e da Difusora Bíblica, que serão indicadas pelas iniciais MS, FA e DB.

INTRODUÇÃO

Quais teriam sido as principais intenções dos escritores das obras denominadas apócrifas pelos cristãos reformados e deutero-canónicas pelos cristãos romanos? De harmonia com o exame por mim feito a alguns deles – quer aos aparecidos entre os dois Testamentos, quer aos que foram escritos depois destes – penso que as suas intenções seriam diversas.

Tentam fazer crer que Deus não havia silenciado a profecia, procuram responder a algumas omissões escriturísticas sem interesse de maior no processo da salvação e até fazem-se passar por personagens do livro sagrado.

De facto, não se podem julgar as intenções alheias, boas ou más que elas sejam. Todavia, cabe dizer aqui que os cristãos não são obrigados a crerem em boas ou más intenções, mas única e simplesmente na Revelação divina, nas coisas concernentes à fé e vivência cristãs.

Apenas um exemplo extraído do apócrifo Tobias, demonstrando o contraste com a Palavra de Deus, e que mais à frente comentarei: «A esmola apaga os pecados e livra da morte eterna». Além deste, outros ensinamentos sem fundamento no texto sagrado contêm o referido livro apócrifo. Também nos apócrifos escritos depois do Novo Testamento, encontramos a cada passo ensinamentos heréticos e algumas respostas à curiosidade humana. Em parte alguma deparamos no Novo Testamento com o nome dos pais da virgem Maria, dos magos que visitaram o menino Jesus, dos discípulos que dialogaram com Cristo no caminho de Emaús, dos dois ladrões crucificados ao lado do Mestre de Nazaré. No entanto, nos evangelhos apócrifos, todos eles lá se encontram. A doutrina da assunção de Maria e o título da mãe de Jesus – «Mãe de Deus» – são igualmente de procedência apócrifa.

Como é óbvio, estes e tantos outros ensinamentos não fazem falta alguma no plano divino para a salvação da Humanidade. São meros requisitos de curiosidade, do desejo de saber, de desvendar, tão comuns entre os mortais.

Todo o cristão que esteja familiarizado com as Sagradas Escrituras sabe que lê com frequência, pelo menos no Antigo Testamento, expressões como «Assim diz o Senhor», «Disse-me também o Senhor», «E veio a mim a Palavra do Senhor»; porém, no livro de Tobias, lê-se «História de Tobite», «Eu, Tobite», o que denota a ausência de inspiração e acentua o modo humano de falar.

Esta evidência não é a única nem a mais importante para a demonstração da não canonicidade do livro de

Tobias, pois que o seu conteúdo e a própria História reforçam a não inspiração divina da obra.

Notório se torna, também, que os autores dos livros considerados apócrifos fizeram uso dos livros inspirados anteriores, mas Cristo e os Seus Apóstolos, ainda que utilizassem os livros canónicos, jamais citaram passagens dos apócrifos.

Numa palavra, os escritores dos livros apócrifos usaram os canónicos, mas os destes nunca usaram aqueles. O que é muito significativo.

Como já fiz referência, as fontes da doutrina de que as «boas obras» dão possibilidade ao perdão dos pecados e à salvação das almas podem ser humanas e apócrifas, mas nunca de inspiração divina.

As atitudes tomadas por Tobite, por Sara e pelo anjo (?) Rafael de modo algum devem ser imitadas pelos cristãos, a saber, desesperar da vida, dizer sim e não, não olhar aos meios para alcançar os fins. Tais atitudes são condenáveis à luz da Palavra de Deus, indignas do homem civilizado, ou «em civilização», e muito mais dos filhos de Deus.

Portanto, o livro de Tobias jamais deve ser usado no ensino daqueles que pretendam iniciar-se na piedade cristã, isto é, na instrução dos novos convertidos à fé cristã.

CAPÍTULO PRIMEIRO

HISTÓRIA

I

A polémica travada entre os defensores da canonicidade dos livros apócrifos e aqueles que a rejeitam não foi iniciada, como muitos pensam, na altura da Reforma Religiosa no século XVI, mas muitos séculos antes.

O professor catedrático de Hebraico e Literatura do Antigo Testamento, Guilherme Kerr, diz na sua obra «O Cânon do Velho Testamento» o seguinte: «Antes que tal controvérsia existisse entre a Igreja Romana e as Igrejas Protestantes em geral, existiu primeiro entre Alexandre e Jerusalém, quer dizer, entre os Judeus que viviam dentro e fora da Palestina».

É verdade que alguns livros hoje aceites universalmente pelos cristãos, como canónicos, foram postos em causa pelas comunidades que os não conheciam bem; todavia,

aceitaram-nos logo que delas se tornaram bem conhecidos. Para os cristãos da Reforma, os livros referidos não eram apócrifos, mas haviam sido baptizados com o nome de «antilegómenos», isto é, aqueles que passaram a fazer parte do cânon depois da segunda revisão. Isto deu-se com a Epístola aos Hebreus, com as de Tiago, de Judas e ainda com as II de Pedro e a III de João, que custaram a ser geralmente conhecidas. Mas onde fossem bem conhecidas, desde o começo foram aceites como inspiradas por Deus. Com os livros deutero-canónicos – nome dado aos apócrifos do Antigo Testamento pela Igreja Romana e entre os quais está o livro de Tobias –, «deu-se precisamente o contrário e, por isso, onde eram bem conhecidos é que nunca foram recebidos como canónicos».

Há que ponderar outra questão, que é a de saber as razões que levaram e ainda levam algumas igrejas cristãs – a Católica Romana e algumas Protestantes – a incluir nas suas versões ou traduções os ditos apócrifos.

Pelo menos por duas fundamentais:

1^a – A de estarem eles incluídos na célebre versão dos LXX; porém, em abono da verdade, cabe dizer que nela não só estavam os livros inclusos nas aludidas traduções usadas por católicos e alguns protestantes, mas outros em igual número que ambas rejeitam e que permanecem naquela versão grega do século terceiro antes de Cristo. Sendo assim, o argumento cai por terra. Na verdade, se uns eram inspirados por estarem na versão dos LXX, como explicar que os outros o não sejam, estando incluídos na mesma tradução?

2ª – As teses do Dr. Martinho Lutero contra o mau uso e abuso das indulgências deveriam ter pesado no sentido de ter levado o Concílio de Trento, realizado no Século XVI, a incluí-los na lista dos livros sagrados. Com efeito, aquele reformador pronunciou-se muito contra o mérito das esmolas como complemento da salvação, pois – contrariamente à ideia, por muitos já abandonada, mas ainda fixa em muitas mentes ditas cristãs – fazendo-se bem, poder-se-á continuar a viver muito mal...

A ideia do mérito das esmolas, para aquele efeito, é bíblicamente insustentável e nunca poderá prevalecer... apesar dos apócrifos!

II

Pois bem, continuemos em demanda de mais alguns dados históricos relacionados com esta problemática.

No século IV da era cristã, havia em circulação várias versões da Bíblia em latim; todavia, todas elas apresentavam sérias deficiências. Foi então que o Bispo de Roma, Dâmaso, pediu a São Jerónimo que fizesse uma revisão da Sagrada Escritura.

Sabe-se que São Jerónimo, não conhecendo bem o hebraico, «viu-se obrigado a usar a velha versão dos LXX».

O célebre tradutor da não menos famosa Vulgata Latina apenas se limitou a traduzir Tobias e Judite do Grego para o Latim, declarando que os mesmos eram apócrifos. Os restantes, segundo o já referido Kerr, «foram aceites pelo Concílio de Trento, procedentes da *Vetus Itala* – uma das

tais versões que circulavam antes do trabalho de São Jerónimo – cuja revisão o autor da tradução da Vulgata Latina empreendera.

Umhas breves palavras acerca da origem da tão importante versão do Antigo Testamento que ficou na história com o nome de tradução dos LXX, ou Septuaginta.

A colónia judaica, que vivia no Egipto, desde o IV século A.D., era mui numerosa, particularmente em Alexandria. Entre eles, os Judeus, poucos tinham conhecimento da língua hebraica para lhes ser possível ler a Sagrada Escritura na língua materna.

Porém, no reinado de Ptolomeu Filadelfo, ao que parece no ano 283 A.C., nasceu a ideia de verter o Antigo Testamento do hebraico para o grego. Tal ideia foi encorajada por aquele monarca.

Antes de citar algumas autoridades no tocante a este assunto, bom é que saibamos que nem os Judeus ortodoxos, nem Cristo, nem os Seus apóstolos recorreram a tais documentos para fazer doutrina, nem mesmo sendo úteis à comunidade cristã, quer no ensino da piedade quer no da instrução. Isto não quer dizer que não tivessem conhecimento da sua existência e, quiçá, não os tivessem lido.

Consideremos então algumas opiniões de figuras de relevo da Igreja Cristã, no concernente à temática que vimos abordando e pretendemos desenvolver.

1. Gregório, o Grande, disse, em relação aos livros de Macabeus, que «Aduzimos um testemunho de livros não canónicos, contudo publicados para edificação da Igreja».

2. O Cardeal Ximenes, arcebispo de Toledo, Espanha, no século XV afirmou que «Os livros de Tobias, Judite, Sabedoria, Eclesiástico (não se confunda este livro com o Eclesiastes, que faz parte do cânon), Baruc, os Macabeus e os acréscimos a Ester e Daniel não estavam no cânon (...) serviam (apenas) para edificação do povo de Deus».

3. O Cardeal Caetano (1534, Roma), por seu lado, ensinou que «Estes não são canónicos; contudo podem chamar-se canónicos, isto é, pertencentes à regra para edificação dos crentes».

Notemos que, no século dezasseis, já se deu um passo decisivo para mais tarde se colocarem tais livros, antes simplesmente apócrifos, em pé de igualdade com a Palavra de Deus.

4. Mais perto de nós, a Confissão de Westminster (1648), ditava a noção de que «A Igreja lê os apócrifos para exemplo de vida e instrução de costumes; no entanto, não os aplica para estabelecer Doutrina; os livros geralmente chamados apócrifos, não sendo de inspiração divina, não fazem parte da Escritura; não são, portanto, de autoridade na Igreja de Deus, nem de modo algum podem ser aprovados ou empregues senão como escritos humanos».

III

Como resulta das opiniões atrás referidas, uma afirmação foi quase constante – os livros apócrifos podiam ser lidos, mas nunca tidos como palavra inspirada por Deus como a dos demais livros da Bíblia.

Gostaria que ficasse bem claro que a diferença entre cristãos católicos romanos e cristãos reformados não se refere aos livros antilegómicos do Novo Testamento (Hebreus, Tiago, Judas, II de Pedro, III de João e, provavelmente, outros, em relação aos quais durante algum tempo houve dúvidas quanto à sua canonicidade) e os demais livros neotestamentários, mas sim aos livros do Antigo Testamento e aos apócrifos, pois, destes, continuam a ser incluídos em certas versões os que o Cardeal Ximenes refere na citação supra.

Parece, pelo que continuamos a ler em certas publicações de autores católicos, que a questão que continua em aberto – mais para os católicos romanos do que para os protestantes em geral – é a dos apócrifos do Antigo Testamento, visto que, quanto ao número dos livros do cânon do Novo Testamento, cristãos católicos e protestantes já chegaram à tão almejada unanimidade.

Sendo assim, há que recuar no tempo e perguntar a São Jerónimo, que por certo foi a fonte de Gregório, o Grande, no século VII, de São Tomás de Aquino, no século XIII, e de todos os demais após este, sobre os apócrifos ou deutero-canónicos. Eis as palavras do monge palestino, São Jerónimo: «O Cristão, se tiver vontade de os ler, deve examinar com desconfiança todos os apócrifos, não tanto pelas verdades que deles possa extrair mas pelo respeito que merecem os prodígios neles encerrados. Neles, há uma grande mistura de inexactidões. Daí a necessidade de prudência e bom senso para destrinçar o ouro do lodo. Deleitar-se-á na leitura e no génio dos homens cujos livros

não fazem vacilar a fé. Quanto aos outros, se os chegar a ler, que seja antes para julgá-los do que segui-los».

Isto quer dizer que os discípulos de Cristo, pelo facto de lerem tais livros, não são menos Seus seguidores, caso não os tenham em conta como Palavra de Deus.

IV

Volto a afirmar – e bom é que fique bem assente na consciência de todos os amantes da verdade – que nem os livros apócrifos, tanto os do Antigo como os do Novo Testamento, nem a Patrística, que é a colecção das obras de autores cristãos entre os segundo e oitavo séculos, gozam da mesma autoridade da Sagrada Escritura, como o dão a entender alguns teólogos. Para além de todos estes dados históricos, a razão mais forte para que tais obras sejam rejeitadas como Revelação divina encontra-se em seu conteúdo.

Em conclusão, depois desta sintética exposição, será conveniente relembrar a propósito mais estas duas excelentes recomendações, uma apostólica, que nos exorta que «não devemos ir além do que está escrito» – subentendendo-se, nos Livros Sagrados e aceites por todos os cristãos – e outra do Arcebispo da Cantuária (Santo Anselmo, século XII), onde refere que «se chego a afirmar algo contra a Sagrada Escritura, é falso»^[4].

[4] cf. Por que Dios se hizo hombre, (Deus Se fez Homem), pág. 741 e segts, Obras Completas de San Anselmo, Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid MCMLII

Perdoem-me por voltar a citar São Jerónimo, mas ele é quem bem definiu o sentir, não dos Gregos, mas dos Judeus e dos que viviam na Palestina, a respeito dos livros apócrifos em geral e do de Tobias, em particular. No Prefácio deste último, declarou: «Não posso deixar de estranhar a insistência com que me perseguis para que traduza o livro de Tobias, que os Hebreus excluíram do catálogo das divinas escrituras e contaram entre os que designam de apócrifos».

Contra factos não valem argumentos!

Pode adquirir através do e-mail livros@pedromartins.com

TOBIAS

António Costa Barata

«A questão atinente aos livros ditos apócrifos é actual, ainda hoje, volvidos cinco séculos, porque quando os homens não ouvem a voz de Deus (a Palavra revelada) ou entendem que ela é insuficiente, ou, mais grave ainda, se proclamam áruos – não importa se como profetas, apóstolos, ou sob outro qualquer título ou função eclesial – do que ainda é preciso conhecer e que só a eles foi divinamente inspirado...»

da Nota Editorial

«(...) a apologética luta também contra as palavras camufladas, as crenças sub-reptícias e contraditórias, com que certos homens pretendem aproximar-se da Verdade, no cânon sagrado. E não se pode permitir a humanização na inspiração bíblica.»

João Tomaz Parreira

«Incansavelmente, o autor esclarece que a salvação somente se obtém pela fé na obra redentora de Cristo e estabelece paralelos elucidativos, ideias divergentes e convergentes, rematando sempre com uma conclusão proeminentemente bíblica.»

C. Neves

